Governadora
Cintica
Dicas VICE EDSON BRAZ

Diretrizes Programáticas 105 somos nossa esperança.

CANDIDATURA À GOVERNADORA DE GOIÁS CÍNTIA DIAS E EDSON BRAZ (FEDERAÇÃO PSOL-REDE)



SOCIEDADE CIVIL E ESTADO

A chapa **NÓS SOMOS A NOSSA ESPERANÇA** apresentada pela Federação Psol-Rede para o Governo do Estado de Goiás em 2022, tendo como candidata ao Governo do Estado a camarada **CÍNTIA DIAS** e como candidato a vice-governador o camarada **EDSON BRAZ**, apresentam estas diretrizes programáticas ao Governo de Goiás, tendo como ponto de partida a necessidade de colocarmos nossas prioridades político e programáticas no diálogo e na construção do bloco histórico das forças populares no Estado de Goiás.

Nossos esforços políticos estão centrados na construção de uma hegemonia política na sociedade civil. As classes trabalhadoras (empregadas ou não, da cidade e do campo, informais e formais, por contra própria ou em pequenos negócios) já se constitui na amplíssima maioria numérica na sociedade civil, contudo ainda falta a sua expressão política e organizativa.

Nossa chapa é apresentada no sentido de contribuir para a constituição dessa expressão política e organizativa das classes trabalhadoras em nosso estado. Reconhecemos que estão juntos nessa expressão política os movimentos sociais da cidade e do campo, as organizações sindicais, a militância social no combate as opressões e as desigualdades materiais, bem como os partidos políticos que se vinculam organicamente aos interesses das massas exploradas e oprimidas do nosso estado.



REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA

A candidatura NÓS SOMOS A NOSSA ESPERANÇA declara publicamente a denúncia histórica do Estado Brasileiro, e em particular do Estado de Goiás, marcada pelo domínio político e econômico da Autocracia Burguesa, que mesmo sob os regimes eleitorais constitui a base institucional de perpetuação interesses sociedade política, estado, dos seus na independente dos governos. Diante desta constatação histórica coloca o desafio que apresentar estas diretrizes programática dentro de um quadro de Necessária Revolução Democrática, transformando radicalmente as instituições de participação direta das classes trabalhadoras nos mais distintos processos decisórios no âmbito do estado e da Sociedade Civil. Neste sentido destacamos a necessária emergência de instituirmos os conselhos de estado formados com a presença hegemônica das trabalhadoras e trabalhadores na definição das prioridades políticas de atuação e organização das políticas públicas.

Destacamos que no âmbito da sociedade civil em especial da organização econômica defendemos a limitação aos maiores salários (participação nos lucros, bonificações, remuneração de executivos) seja limitado a no máximo 20 vezes o menor salário pago no âmbito das empresas, bem instituição de obrigatória participação nos órgãos empresas de gestão das grandes administrativos е representação das categorias que compõem a massa da força de trabalho envolvida em cada setor produtivo. A constituição de conselhos no âmbito de estado e da sociedade civil exigirá que o conjunto das políticas públicas e o desenvolvimento econômico de nosso estado sejam de fato construídos coletivamente e de forma democrática, instituindo uma prática democrática de controle social sobre os meios de produção e sobre o estado.



COMBATE AO FASCISMO

A crise estrutural do capital tem imposto cada dia maiores limitações para o processo reprodutivo deste modo de produção. Em grande parte do mundo ocidental a ascensão de uma nova direita radical tem se constituído como um elemento comum das políticas do capital para o atual estágio de desenvolvimento.

No Brasil esta nova direita radical tem assumido feições claramente fascistas, não se trata de estarmos em um regime fascista, mas de reconhecermos que o fascismo se apresenta como um movimento que adquire força social significativa em nossa sociedade e pode realizar a conversão de nossa precária democracia em um regime fascista. Neste sentido é fundamental derrotarmos Bolsonaro no primeiro turno das eleições de 2022. A derrota eleitoral de Bolsonaro é sem dúvida uma derrota importante do fascismo, mas não será sua derrota definitiva.

O fascismo se nutre das mazelas do capitalismo e forja uma consciência social claramente antipopular, que reivindica a violência como eixo central da ação política contra os inimigos do fascismo. Estes inimigos são o povo organizado em sindicatos, movimentos sociais, os democratas, militantes sociais, partidos políticos de esquerda, etc...



Mesmo com a derrota de Bolsonaro em 2022, o bolsonarismo e o fascismo inerente as suas políticas precisam ser derrotados no âmbito da sociedade civil e do estado e o caminho para tal derrota é a construção de uma sociedade socialista e todas as mediações necessárias para a sua realização. Neste sentido, é fundamental nestes diretrizes programáticas da A chapa *NÓS SOMOS A NOSSA ESPERANÇA* a explicitação de que o combate ao fascismo precisa se materializar em ações políticas no estado e na sociedade civil que combatam as mazelas do capital e a origem de tais mazelas, ou seja o próprio capitalismo.

A história recente tem demonstrado como o modo de produção capitalista alimenta as forças fascistas e antipopulares nos mais distintos países. A derrota do fascismo não está separada da luta pela construção de uma sociedade socialista, democrática e igualitária. Este é um horizonte que se faz necessário diante da atual conjuntura que se passa no mundo, no Brasil e em especial no Estado de Goiás.

No estado as forças fascistas estão presentes em várias candidaturas, tomando destaque o atual governador que historicamente reivindica a violência contra os camponeses organizados nos movimentos sociais como elemento fundamental de sua política. É fundamental derrotarmos o projeto fascista em nossa terra e por isso a chapa *NÓS SOMOS A NOSSA ESPERANÇA* considera como fundamental a derrota de todas as candidaturas que representam o bolsonarismo em nosso estado.



DO COMBATE À FOME E À CARESTIA

O desenvolvimento de Goiás é marcado por estruturas econômicas e sociais extremamente desiguais que geram situações de insegurança alimentar para centenas de milhares de goianos cotidianamente. A concentração populacional em cerca de 10 grandes centros urbanos (mais de 50% da população) é outra característica deste desenvolvimento social desigual. Cabe ao estado redefinir as suas prioridades buscando o combate as estruturas de desenvolvimento econômico e social desiguais, neste sentido a construção de uma sociedade justa e igualitária se constitui no desafio imediato de um governo forjado pelas e para as classes trabalhadoras. A reorientação das políticas sociais e econômicas para o combate as estruturas de desenvolvimento desigual, tem como ponto de partida, o combate à fome e ao desemprego, criando as condições sociais para a garantia de acesso aos bens públicos como educação, saúde, transporte e segurança pública (entre outros) com qualidade e de acordo com as necessidades da ampla maioria de nosso povo.

Emprego:

- Geração de emprego direto por parte do estado por meio de um regime simples de contratação temporária que beneficia desempregados e desalentados. (Com prioridade para pessoas em situação de pobreza, mulheres e demais registrados no CADúnico);
- Retomada da construção civil por meio de obras de saneamento, infraestrutura, moradia, conservação e reestruturação de hospitais, ruas, parques e etc, com prioridade em contratos com cooperativas e médias e pequenas empresas;



- Retomada de concursos públicos para educação, saúde e segurança;
- Incentivos de cooperativas voltadas para o ecoturismo;
- Utilização do ecoturismo (novos locais) para geração de empregos com fomento de criação de restaurantes, bares, espaços culturais, pousadas e hotéis para estrutura dos turistas com linha de crédito subsidiado pelo estado;

Habitação:

- Utilização de terrenos/prédios do estado para habitação popular de forma imediata;
- Aceleração e reavaliação dos programas existentes de moradia popular;
- Política de construção de moradias populares que beneficiem médias e pequenas construtoras, com financiamento subsidiado garantido pelo estado;
- Subsídio de juros para compra de imóveis para famílias que não possuem;
- Auxílio aluguel para famílias até que a situação seja resolvida de forma definitiva;
- Prioridade na construção de moradias populares para movimentos sociais;



Segurança Alimentar:

- A Agricultura Familiar como Eixo Central/Norteador para uma Política Estadual de integração entre os órgãos de geração de conhecimento/P&D (IPES e Escolas do Campo), de fomento à pesquisa (FAPEG), de geração, tratamento e disseminação de dados, formação de agentes públicos para a elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas (IMB, EGITA e Escola de Governo), que constituirão o Sistema Estadual de Inovação para a Agricultura Familiar;
- A criação de uma estrutura estatal que garanta a Política Estadual de Desenvolvimento Socioeconômico via a Agricultura Familiar, a partir da criação das Secretarias de Agricultura Familiar e de Desenvolvimento Solidário;
- A criação de uma estrutura estatal de financiamento para o Desenvolvimento e Fortalecimento da Agricultura Familiar: o Banco de Desenvolvimento Comunitário (ou, Solidário), com criação de moeda social para a Política Estadual de Renda Básica;
- A criação de uma Política Estadual de Equidade e Segurança Alimentar centrada no Abastecimento, nas Compras Públicas e na formação de Estoques Reguladores, com base no fortalecimento dos mercados institucionais;
- A importância da criação de Conselhos que nortearão o debate para a promoção de políticas de desenvolvimento territorial.



- Criação de um Sistema Estadual de Inovação para a Agricultura Familiar, com dotação orçamentária própria, gerenciado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Agricultura Familiar e com financiamento próprio à P&D, via FAPEG, para a produção de Tecnologias Sociais, que auxiliem na geração de empregos e renda e possibilitem a melhoria da qualidade de vida e da produção e comercialização dos produtos.
- Interação entre as Instituições de Ensino Superior Públicas (como central a UEG com órgão do estado e em parceria com o IFG, IF Goiano e UFG) e a estrutura técnico-científica estatal formada por: IMB, Escola de Governo e EGITA (Empresa Goiana de Inovação e Tecnologia Agrícola estatal a ser criada), para a pesquisa, geração, tratamento e disseminação de dados, formação de agentes públicos para a elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas, e que constituirão o Sistema Estadual de Inovação para a Agricultura Familiar.
- Criação de Escolas do Campo, com proposta de funcionamento articulado aos projetos estruturados pelo Sistema Estadual de Inovação para a Agricultura Familiar. Portanto, dele fazendo parte efetiva: criando, a partir da realidade local, dinâmica própria para o desenvolvimento da atividade rural/agrícola onde as Escolas do Campo estiverem inseridas.
- Criação da Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar.
- Criação da Secretaria de Desenvolvimento Solidário.



A Secretaria de Desenvolvimento Solidário terá como objetivo a criação de Políticas de Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia Ecossolidária e será constituída de uma estrutura de financiamento específico: o Banco de Desenvolvimento Comunitário (ou, Solidário), com criação de moeda social, que servirá, inclusive, para a Política Estadual de Renda Básica.

Articulados, os Sistemas de Inovação e de Financiamento para o Desenvolvimento e Fortalecimento da Agricultura Familiar possibilitará: a criação de Sistemas Alimentares Sustentáveis como ênfase na Agroecologia Ecossustentável, no Desenvolvimento de Tecnologia de Baixo Carbono e na Agricultura Orgânica.

Esta estrutura promoverá a Política Estadual de Abastecimento e de Compras Públicas, articulada à Política Estadual de Estoques Reguladores, com base no fortalecimento dos mercados institucionais: PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar, garantindo importância para a Assistência e Segurança Alimentar e a Agricultura Familiar, vinculando à alimentação básica das escolas municipais e estaduais e aproximando campo e cidade, a partir da Política Estadual de Segurança Alimentar.

 Criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social que se constituirá no ambiente Macrossistêmico Integrador de Elaboração e Avaliação de Políticas Públicas voltadas para o Desenvolvimento e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Economia Solidária, constituído de Conselhos Territoriais formados para a criação/formação de políticas de desenvolvimento territorial, a partir de dinâmicas territoriais específicas.



DA LUTA CONTRA ÀS OPRESSÕES

A luta contra as opressões é a luta pela democracia social. A história das lutas sociais no Brasil é a história das resistências negra, indígena, feminista e popular. Compreendemos a complexidade das relações que estruturam a sociedade de classes no Brasil e a urgente necessidade de transformá-la para garantirmos a construção de uma nação soberana, justa, igualitária e fraterna.

A luta das mulheres:

Na última década, a luta das mulheres conquistou grande relevância social, com a resistência à estrutura da desigualdade de gênero, que se agrava com a expansão e consolidação do neoliberalismo. Esta imposição é propiciada por uma combinação de divisão social, racial e sexual do trabalho que tem como consequência que as mulheres sejam a maioria das pessoas pobres do mundo, fazendo com que a pobreza atinja de maneira ainda muito mais direta, as mulheres negras e indígenas.

A reivindicação de um feminismo que esteja conectado com as lutas dos 99% está ligada, sobretudo, à compreensão do caráter estrutural da opressão machista — e racista — na conformação e reprodução da sociabilidade capitalista, e que, portanto, tem nas mulheres trabalhadoras e originárias as agentes de sua destruição.



Acreditamos na interseccionalidade, não como uma hierarquia entre opressões, mas como um olhar que se volta à particularidade de cada centro de exploração de classe sobre as mulheres, e das vivências dessa pelas mulheres negras, lésbicas e bissexuais, trans, indígenas, migrantes, de comunidades tradicionais e quilombolas; qualificando formas particulares como a exploração sobre os sujeitos concretos se dá, de forma que seja possível apontar para a construção de alternativas sistêmicas reais. Por isso defendemos as conquistas e os direitos que possibilitem a real emancipação das mulheres com a superação de todas as formas de opressão.

Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista!

A abolição da escravidão em 1888, embora tenha contribuído para a formação de uma sociedade de homens e mulheres negros livres, não produziu condições suficientes para a inclusão dos ex-escravizados à condição de trabalhadores/assalariados, marginalizando-os da sociedade de classes em formação. O fenômeno em questão produziu uma inequívoca relação entre classe social e raça no Brasil, na medida em que estruturou as condições de desigualdades que vêm sendo reproduzidas desde então.



O racismo é, portanto, estrutural porque integra a organização política e econômica da sociedade, fornecendo o sentido, a lógica e a tecnologia de organização da sociedade. E isso se traduz na enorme desigualdade entre negros e brancos. Desigualdade essa que não devem ser vistas apenas sob a ótica das relações econômicas, uma vez que operam relações interpessoais e determinam a condução das políticas de Estado. Um olhar atento e racializado sobre os índices socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais permitem comprovar o enorme abismo de privilégios aos brancos em detrimento aos povos negros e indígenas ainda hoje no país.

Se o racismo é fundamental que estrutura a nossa sociedade, ele estrutura, por consequência, nossas possibilidades de representação e participação política. Por isso deve ser combatido na dinâmica interna das nossas estruturas organizativas e superado no âmbito das instituições representativas gerais. Além disso, qualquer organização que pretenda contribuir com a reorganização das camadas populares no Brasil em busca de um futuro de maior igualdade, não pode prescindir de parâmetros programáticos que contemplem a intersecção de classe, raça e gênero.

Combate à LGBTfobia:

A igualdade de direitos, o respeito, a liberdade e a cidadania plena para a população LGBTQIAPN+ são parâmetros fundamentais para avaliar a qualidade de uma democracia do século XXI. Nosso país não apenas está muito aquém do desejável, como também tem mostrado sinais de graves retrocessos.



Em que pesem decisões importantes do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça garantindo direitos civis, como o casamento igualitário, a adoção, o reconhecimento da identidade de gênero de transexuais e o reconhecimento da homo-transfobia como crime, o panorama da política brasileira em relação à diversidade é aterrorizador.

O Congresso Nacional continua omisso em relação a esses temas e se recusa a incluí- los na letra da lei. O avanço da extrema-direita representa um perigo ainda maior. A agenda conservadora visa institucionalizar "terapias de conversão", interditar políticas educacionais sobre diversidade e igualdade de gênero nas escolas, reverter as conquistas obtidas judicialmente, além de criar um ambiente de legitimação da discriminação, do terror, da perseguição e da violência. Há 13 anos, somos o país que mais mata pessoas transexuais em todo o mundo.

Além do combate à violência física e simbólica, questões como o acesso ao trabalho digno, salário, educação, saúde e assistência social continuam sendo sonegadas, em especial à parcela negra e transexual da população LGBTQIAPN+. Neste sentido, é preciso garantir políticas públicas que atendam a estas demandas, corrijam diferenças históricas e permitam que todas as pessoas vivam suas existências e seus afetos com dignidade, respeito e segurança.



A luta dos povos originários:

Historicamente expulsos da maior parte de suas terras, os povos originários lutam contra novas e concretas ameaças que assombram os seus direitos: o marco temporal, que inviabiliza a demarcação dos territórios, a tentativa do atual governo de autorizar a exploração mineral dentro das terras já demarcadas, a violência crescente promovida por traficantes, garimpeiros e fazendeiros, incentivados pelo enfraquecimento e descomprometimento dos órgãos federais responsáveis.

Apoiar a organização e mobilização, como, por exemplo a Mobilização Nacional Indígena Luta pela Vida que aconteceu em agosto 2021, reunindo mais de 6 mil do Acampamento Terra Livre que ocorre anualmente reunindo milhares de lideranças indígenas em Brasília, assim como combater propostas ofensivas a estes povos no âmbito legislativo e judiciário são medidas imediatas necessárias, assim como a luta pela implantação de políticas públicas adequadas para o reconhecimento, valorização e reparação dos povos originários.

Demarcação de todas as terras indígenas, já!



CULTURA

Nosso povo é marcado por uma riqueza cultural que precisa ser potencializada e desenvolvida ao ponto de ser incorporada ao patrimônio histórico e cultural da humanidade. Neste sentido, as políticas de promoção da cultura devem por um lado destacar a produção cultural da nossas gentes, com as suas características peculiares que cada localidade ou região e por outro lado garantir o acesso ao nosso povo as manifestações culturais de toda a humanidade, superando os limites impostos pela indústria cultural e desenvolvendo a articulação entre as estruturas culturais goianas e o cosmopolitismo cultural, dando ênfase às tradições populares tradicionais, geralmente oprimidas pela desenvolvimento econômico desigual e pela indústria cultural.

Programa para cultura



DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS EM CONSTRUÇÃO:

Estas diretrizes programáticas da Chapa *NÓS SOMOS A NOSSA ESPERANÇA* para o pleito eleitoral do Estado de Goiás de 2022 são apresentadas como o objetivo de promover o debate público da construção da alternativa de governo do Bloco das Forças Populares e Democráticas das classes trabalhadoras Goianas. São muitas as necessidades e as possibilidades de construção de um governo radicalmente popular e não pretendemos esgotar nestas diretrizes todas as possibilidades de ação nos mais diversos campos de intervenção que um governo democrático e popular possui. Neste sentido, a revisão crítica do exposto acima, bem como a introdução de novos elementos programáticos coerente com os objetivos propostos será bem vinda e está aberto a todas e todos.

Espaços culturais estaduais e municipais: bibliotecas públicas (livros, filmes, audiovisual), salas de teatro, teatro ao ar livre (teatro de arena), cine clubes, Centro Cultural (acolhe a diversidade de produtos culturais num mesmo espaço), museus e salas de exposição e feiras culturais; parques e praças públicas

Espaços culturais privados: Precisam de apoio governamental: Pontos de cultura, Associações comunitárias, organizadores de festas populares.

Espaços culturais privados, galerias, salas de cinema comerciais, teatros.

Produtos culturais: livros, filmes, audiovisual, espetáculos de teatro, dança, circo, performances; exposições permanentes e itinerantes, cinema, artesanato (bordado, crochê tricô, pintura, machetaria, marcenaria, tecelagem manual, manifestações e danças populares (carnaval, congada, cavalhada, festa junina, folia de reis, jongo, Caçada da Rainha), bandas.



Eixos de políticas públicas:

- a) propostas de fomento à cultura Fundo de Arte e Cultura (FAC) e Lei Goyazes ampliar o recebimento de mais verba federal para o FAC; estudos para ampliação da isenção fiscal para Lei Goyazes;
- b) propostas de circulação de bens materiais e imateriais da produção cultural goiana;
- c) municipalização: trabalhar junto aos municípios para implementação de políticas públicas locais de fomento à cultura formação e política cultural..
- d) construção de equipamentos culturais construção, política de gestão;
- e) Fomento aos pontos de cultura e/ou grupos artísticos próximos aos cidadãos e comunidades locais.
- f) fomento a promoção de eventos: festivais, feiras de cultura, festas
- g) mapeamento da produção cultural nos municípios: fomento e implementação de outros fazeres artísticos.

